

ANEXO II - DECLARAÇÃO

(trabalhador informal/desempregado /sem renda/outras rendas)

Declaro para os devidos que eu, _____,

CPF _____, residente à _____ nº _____,

CEP _____, Bairro _____, cidade _____, estado _____.

Quanto ao exercício de atividade remunerada:

() não exerço atividade remunerada ou estou desempregado desde _____ (mês/ano)

() exerço a seguinte atividade remunerada informal: (especificar o tipo de trabalho ou atividade), obtendo rendimento mensal aproximado de R\$ _____

Quanto a apresentação da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)

() estou apresentando cópia da CTPS para comprovação de que não estou registrado no momento.

() minha CTPS foi extraviada

() nunca tive CTPS

() minha CTPS está retida (no INSS, na empresa, com advogado etc.)

Quanto ao recebimento de outros rendimentos/rendas:

() recebo pensão alimentícia no valor de R\$ _____

() não recebo pensão alimentícia.

() recebo aposentadoria/pensão do INSS no valor mensal de R\$ _____ (apresentar extrato)

() não recebo aposentadoria/pensão do INSS

() recebo outros rendimentos/renda no valor mensal de R\$ _____

() estou desempregado, recebendo parcelas do seguro-desemprego até o mês ____/20____, no valor de R\$ _____ mensais.

Assumo a responsabilidade de informar imediatamente ao IFSP, Campus Caraguatatuba, qualquer alteração dessa situação, enviando a documentação comprobatória para o email pae@ifspcaraguatatuba.edu.br. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito as sanções previstas no Código Penal * e as demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de _____.
(local) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do declarante

*** Código Penal - Falsidade ideológica** - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.